

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Victoria Ennser

**A constituição espacial do *Arco Minero del Orinoco* a partir da interação entre
dinâmicas locais e globais no território venezuelano**

São Paulo

2022

VICTORIA ENNSER

**A constituição espacial do *Arco Minero del Orinoco* a partir da interação entre
dinâmicas locais e globais no território venezuelano**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como requisito para obtenção de título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientação: Prof. Dr. David Almstadter Mattar de
Magalhães

São Paulo

2022

Agradecimentos

Aos professores do curso de Relações Internacionais da PUC-SP, que me proporcionaram o privilégio do ensino e que me incentivaram, desde o início, a cultivar meu espírito investigador. Em especial à Profa. Terra Budini, que orientou minha pesquisa na forma de Iniciação Científica e que tem igual importância na qualidade deste trabalho.

Às minhas amigas mais próximas, colegas de curso e de faculdade, Ana Maria de Jesus, Estéfani Cavalcanti, Marcela Gonçalves e Giovanna Nhaira; que sempre me estenderam as mãos nos momentos desafiadores e com quem partilhei as grandes alegrias da graduação.

À minha mãe, que sempre moveu montanhas para que eu tivesse as melhores oportunidades e que é minha maior inspiração. Sem ela, nada seria possível.

Resumo

Assim como em inúmeros casos de extrativismo na América Latina é perceptível no espaço do Arco Minero del Orinoco (AMO) uma sobreposição de componentes transnacionais aos locais, criando-se novas dinâmicas espaciais que não se atém somente às noções de território nacional e que relativizam as ideias nacionalmente centradas de autoridade e direitos. Ou seja, diante de processos do capitalismo globalizado e das dinâmicas globais de governança, surgem, eminentemente, novas constituições espaciais e arranjos normativos. O AMO revela diversos processos políticos, econômicos e sociais relacionados ao espaço, partindo-se do entendimento do território vinculado ao nacional, mas que se desdobra em novas configurações do mesmo, assim como considera uma complexidade de atores nesses processos que vão desde figuras estatais - que se integram e respondem às reorganizações da ordem internacional e doméstica - até resistências locais - que reprovam novas constituições espaciais resultantes das pressões exercidas por estruturas e fluxos globais ou até mesmo da movimentação da própria autoridade do Estado. Diante disso, é pertinente uma análise da constituição do AMO como um espaço transnacional a partir da atuação das corporações em seu território, movimento impulsionado por variadas dinâmicas do capitalismo em escala global. Ademais, a problematização da dicotomia doméstico-internacional, possibilita investigar e formular outros e novos marcos analíticos, que capturem as múltiplas formas não exploradas e particulares da produção do espaço social. Ao investigar os desdobramentos deste caso com base na revisão de literatura apropriada à questão, a pesquisa torna-se relevante porque cada vez mais é necessária a discussão de espaço e território nas RI, possibilitando evitar as lacunas teóricas e a insuficiência na captura da realidade complexa da ordem internacional por meio da incorporação de novas concepções empiricamente evidentes.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; espaço; mineração; território; transnacionalismo; Venezuela.

Abstract

Similar to several cases of extractivism in Latin America the space of Arco Minero del Orinoco (AMO) reveals an overlap of transnational components to local ones, creating new spatial dynamics that are not limited only to the notions of national territory and that relativize the nationally centered ideas of authority and rights. That is, that in face of the processes of globalized capitalism and the global dynamics of governance, new spatial constitutions and normative arrangements emerge eminently. The AMO reveals several political, psychological and social processes related to space, starting from the understanding of the territory linked to the national, but which intensify in new configurations of the same, as well as considering a complexity of actors these processes ranging from state figures - that integrate and respond to the reorganizations of the international and domestic order - to local resistances - that disapprove new spatial constitutions resulting from the pressures exerted by global structures and flows or even from the movement of the State's own authority. Given this, it is pertinent to analyze the constitution of AMO as a transnational space based on the operation of foreign corporations in its territory, a movement driven by diversified dynamics of capitalism on a global scale. In addition, the problematization of the domestic-international dichotomy makes it possible to investigate and formulate other and new analytical frameworks, which capture the multiple unexplored and particular forms of production of social space. When investigating the procedures of this case based on the review of the literature dealing with the issue, the research becomes relevant because the discussion of space and territory in IR is increasingly necessary, allowing to avoid theoretical gaps and to capture the complex reality of the international order through the incorporation of new empirically evident conceptions.

Keywords: socio-environmental conflicts; space; mining; territory; transnationalism; Venezuela.

Lista de figuras

Figura 1 - Projeção territorial do AMO, como anunciado pelo governo da Venezuela	19
Figura 2 - Empresas subsidiárias da Gold Reserve Inc. vinculadas à mineração na Venezuela antes do AMO	22
Figura 3 - Limites do AMO em relação às áreas de proteção ambiental “ABRAE”, segundo o governo venezuelano	26
Figura 4 - Mapa do AMO em relação às principais áreas de proteção ambiental ao sul do Rio Orinoco, de acordo com georreferenciamento interpretado pela SOS Orinoco	26
Figura 5 - Epicentro do AMO: Cuyuni, conhecido como “coração” de Imataca	27
Figura 6 - Perda de cobertura florestal (rosa) ao redor da cidade mineira de Las Claritas (Cuyuni), no estado de Bolívar, ao sul do Rio Orinoco	29

Lista de tabelas

Tabela 1 - TNCs presentes no AMO	18
Tabela 2 - Principais organizações de resistência ao AMO	31

Lista de abreviaturas e siglas

ABRAE	Áreas Bajo Régimen de Administración Especial
AMO	Arco Minero del Orinco
ICSID	Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CRBV	Constitución de la República Bolivariana de Venezuela
EPE	Empresa Propiedad del Estado
GO	Gaceta Oficial (de la República Bolivariana de Venezuela)
MOU	Memorando de Entendimiento (do inglês, Memorandum of Understanding)
MPPDME	Ministerio del Poder Popular de Desarrollo Minero Ecológico
PPP	Parceria Público-Privada
TNC	Corporação Transnacional (do inglês, Trans-national Corporation)

Sumário

1. Introdução	10
2. Problema de pesquisa e referencial teórico	13
3. Revisão de bibliografia	15
4. O que é o <i>Arco Minero del Orinoco</i> ?	22
4.1 Iniciativas de junção para o AMO	26
4.2 A Gold Reserve Inc.	27
4.3 Projeto ilegítimo e ilegal	29
4.4 Impactos socioambientais do AMO	31
4.5 Resistências locais.....	38
5. Considerações finais	40
6. Referências bibliográficas.....	42

1. Introdução

Situado no norte do estado de Bolívar, ao sul do rio Orinoco, o chamado “Arco Minero del Orinoco” (AMO) é uma extensa faixa de 11.843 km² de terras destinadas à extração de diversos minerais como ouro, alumínio, diamantes, cobre, ferro e outros. Anunciado em 2011 pelo então presidente Hugo Chávez, o megaprojeto de mineração foi relançado por Nicolás Maduro em 2016 a partir de um decreto (nº 2.248 de 24 de fevereiro de 2016) que determinou a criação da *Zona de Desarrollo Estratégico Nacional “Arco Minero del Orinoco”*.

Em meio à agravada crise social, política e econômica do país, o relançamento do projeto propôs-se a viabilizar uma forma rápida de se captar divisas a partir da participação de empresas estrangeiras interessadas na extração de recursos na Venezuela, através de um extrativismo sem precedentes, ignorando danos e propondo abertura à cerca de 150 empresas de 35 países. Na época, foram firmados alguns acordos com empresas transnacionais americanas, canadenses, congolenses, chinesas, italianas, dentre outras.

Através de empresas mistas, corporações nacionais e estrangeiras podem atuar em território venezuelano; apesar disso, somente algumas empresas tiveram seus contratos tornados públicos, seja por parte do governo da Venezuela ou por elas próprias. Ao que se sabe, por exemplo, a empresa canadense Gold Reserve Inc., é uma relevante corporação transnacional de mineração de ouro, que opera atualmente no *Arco Minero del Orinoco*, tendo um contrato de projeto assinado em 2016 válido por 20 anos, segundo publicação da autoridade venezuelana.

Desde 2011, mobilizações sociais se firmaram, primeiro como resistência preventiva diante do anúncio de Chávez, quando prontamente, diversas organizações indígenas emitiram declarações alertando sobre os danos que o projeto representava às suas comunidades¹. A partir

¹ Em 21 de junho de 2013, os membros da COIAM (*Coordinadora de Organizaciones Indígenas de Amazonas – COIAM*) ofereceram uma coletiva de imprensa na Praça Armando Reverón da Universidade das Artes, em Caracas, que contou com a cobertura de diversos órgãos públicos, privados, alternativos, e mídia comunitária. A seguir, duas das declarações feitas por representantes de organizações indígenas:

- A) “*Venimos en son de paz, de comprometernos cada día con la vida, con el espacio que habitamos. Nosotros los pueblos indígenas tenemos un compromiso histórico y cultural en defender la ecología, el ambiente, los ríos, los caños, para así conservar y preservar el equilibrio y la armonía de la vida y la existencia de los pueblos indígenas. Vemos con mucha preocupación unos proyectos que vienen*

do decreto de Maduro, em 2016, além de novas declarações, realizaram-se inúmeros protestos de rua envolvendo organizações políticas e movimentos sociais².

Diante das variadas pressões, em junho de 2016, a Assembleia Nacional concordou em desaprovar, por meio de acordo, o decreto do Presidente Maduro que autorizava o projeto AMO³. No entanto, o ato de desaprovação não teve capacidade para invalidar o decreto, o que foi determinante para a conjunção de diversos ativistas e organizações que denunciam o caráter ilegal do megaprojeto de mineração (por violar a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*), além de ter representado um marco no ativismo socioambiental no país. Apesar das críticas feitas pela opinião pública, o projeto segue avançando e, até o momento, não há previsões de interrupção das atividades no AMO.

A metodologia da pesquisa exigiu constante coleta e análise de dados tanto de fontes primárias como secundárias, além de se apoiar fortemente na revisão de literatura teórica. Em uma primeira etapa foi realizada uma revisão de literatura sobre espacialidade e territorialidade em Relações Internacionais, que serviu de referencial teórico para toda a continuidade da pesquisa. Em uma segunda etapa foi feita uma pesquisa bibliográfica específica do caso, envolvendo um detalhado mapeamento de atores - sobretudo em plataformas como a da EJAtlas (ejatlas.org) e do OCMAL (ocmal.org) - mas também de dados sobre o caso do AMO em

desde la estructura del poder, que tienen que ser consultados como lo establece la Constitución y la LOPCI (Ley Orgánica de Pueblos y Comunidades Indígenas). Con esto que no se nos vea como enemigos del proceso, más bien queremos cooperar, queremos abrir una plataforma de trabajo, abrir mesas de diálogo como lo establecen nuestros pueblos indígenas en su conocimiento, en su pensamiento, en su sabiduría. La Amazonia es el pulmón de la humanidad, quienes vivimos ahí somos hitos vivientes y defensores vivientes. Están pasando muchos problemas que hay que revisar desde el gobierno y nosotros queremos participar en apoyar este”

- B) *“No somos antirrevolucionarios, somos revolucionarios, queremos ir a la par de los planes y proyectos del gobierno, pero al gobierno le exigimos que nos tomen en cuenta” (Amelia Conde, Organización de Mujeres Indígenas de Amazonas – OMIDA).*

² Foram realizadas mobilizações de rua com concentrações sconvocada por diversas organizações políticas no primeiro semestre de 2016: nas proximidades da sede do Ministério do Petróleo e Mineração, localizada na PDVSA-La Campiña, em Caracas em 31 de março de 2016; nas proximidades do Supremo Tribunal de Justiça em 31 de maio de 2016 para acompanhar a entrega do Recurso de Nulidade; no Ministério da Fazenda como parte das mobilizações do dia mundial contra a Mega Mineração (22 de julho).

websites e blogs de organizações de ativistas – que publicam com frequência constatada sobre o projeto do AMO a fim de emitir denúncias e reivindicações.

Com vistas a caracterizar o estudo de caso, foi desenvolvido um trabalho de cruzamento de dados, permitindo identificar atores com atuação confirmada no AMO daqueles que não tiveram seus projetos concretizados. Este trabalho, para além de possibilitar a elaboração de duas tabelas de atores – TNCs e organizações de resistência -, serviu para superar a falta de transparência pública sobre o mega-projeto de mineração. Por fim, a última etapa consistiu em analisar apropriadamente os dados coletados, permitindo a produção de inferências e a problematização do caso do AMO como um território caracterizado pela interação de dinâmicas locais e globais, a despeito das aparentes controvérsias político-ideológicas visualizadas na Venezuela.

Sendo assim, o texto a seguir está organizado em quatro seções principais. A primeira delas é dedicada a especificar o problema de pesquisa e o referencial teórico utilizado na discussão sobre o caso do AMO. A segunda seção é onde está desenvolvida a revisão de literatura relevante à análise do caso – a exemplo, discussões sobre espaço e território em Relações Internacionais, capitalismo global, transnacionalismo e neoliberalismo latinoamericano. A terceira seção é voltada à caracterização do AMO e os diversos processos que nele se desdobram; e, por fim, a quarta e última seção reúne as considerações finais da pesquisa.

2. Problema de pesquisa e referencial teórico

Assim como em inúmeros casos de extrativismo na América Latina, percebe-se no espaço do *Arco Minero del Orinoco* uma sobreposição de componentes transnacionais aos locais, criando-se novas dinâmicas espaciais que não se atém somente às noções de território nacional e que relativizam as ideias nacionalmente centradas de autoridade e direitos.

Ou seja, diante de processos do capitalismo globalizado e das dinâmicas globais de governança surgem, iminentemente, novas constituições espaciais e arranjos normativos. Como afirma Sassen (2008), estas novas configurações desvinculam a territorialidade tradicional do “nacional”, ainda que de forma parcial e muitas vezes altamente especializada, combinando sua origem no componente global com suas especificidades.

Tendo sido criado um marco legal próprio para o AMO, com garantias e direitos especiais, sobretudo em consideração às empresas transnacionais, faz-se evidente a necessidade de compreender a formação de novas geografias jurisdicionais, ao que Sassen considera:

Legal frameworks for rights and guarantees, and more generally the rule of law, were largely developed in the context of the formation of national states. But now some of these instruments are strengthening a non-national organizing logic. As they become part of new types of transnational systems they alter the valence of older national state capabilities. (Sassen, 2008, p.64)

John Agnew (1994) descreve que tanto os Estados territoriais quanto os atores não-estatais operam hoje em um mundo no qual as fronteiras do Estado se tornaram cultural e economicamente permeáveis às decisões e dinâmicas projetadas por redes de poder, o que leva, inclusive, a reflexões sobre o desaparecimento de espaço descrito como singular.

(...) the signs of a new spatial organization departing from the conventional spatial representation of state territoriality are everywhere. On one scale there is fragmentation or localization (...) Increasingly, the links between the places of everyday life in which political commitments are forged and the territorial states that have structured and channeled political activities are under stress. New loyalties everywhere undermine state political monopoly (...) On another scale, in the Uruguay Round of the GATT, states are negotiating about opening up trade in services, which would involve them admitting more foreigners and 'foreign' ways of doing business into their territories. Foreigners are already migrating at rates rarely experienced in modern world history (Agnew, 1994, p.73-74)

Ambas as escalas da reorganização espacial descritas por Agnew podem servir como lentes de análise no processo de abertura à exploração mineira estrangeira por parte do governo venezuelano. Ao mesmo tempo em que localiza, através de ações políticas, diversos atores que

minam o monopólio do Estado sobre seu território, ao ofertar-lhes uma parcela territorial, que passa a ser fragmento do que antes era monolítico; também torna o espaço mais transnacional e suscetível à instalação de empresas estrangeiras. Nesta lógica, Sassen também demonstra perceber um crescente movimento por parte do próprio aparato estatal de alinhamento a atores globais do setor privado:

I argue that we can no longer speak of 'the' state, and hence of 'the' national state versus 'the' global order. There is a novel type of segmentation inside the state apparatus, with a growing and increasingly privatized executive branch of government aligned with specific global actors, notwithstanding nationalist speeches, and a hollowing out of the legislature whose effectiveness is at risk of becoming confined to fewer and more domestic matters. (Sassen; 2008; p.72)

Embora projetado previamente, o território destinado ao AMO, somente se vincula a ideia de um espaço (social), a partir dos fluxos que ali se realizam; isto é, seu espaço não foi dado naturalmente, *a priori*, mas sim por um conjunto de relações sociais ali estabelecidas, das quais é tanto produtor como produto (LEFEBVRE, 2013). Com a passagem do tempo, ademais, os espaços sofrem mudanças conforme o modo de produção se transforma, cria e incorpora novos processos. Dessa forma, é preciso se atentar a gênese constante do espaço do AMO, a fim de imprimir percepções íntegras sobre o caso.

A pesquisa se propôs, portanto, a analisar a produção do espaço transnacional do *Arco Minero del Orinoco*, a fim de entender sua formação e seus processos produtivos diante das dinâmicas transnacionais, seus aspectos normativos nacionais e possivelmente desnacionalizados e transnacionalizados, além de compreender o resultante local destes processos a partir dos impactos socioambientais promovidos pelas corporações transnacionais e suas respectivas resistências locais.

3. Revisão de bibliografia

O caso do *Arco Minero del Orinoco* revela diversos processos políticos, econômicos e sociais relacionados ao espaço, partindo-se do entendimento do território vinculado ao nacional, mas que se desdobra em novas configurações, assim como considera uma complexidade de atores nestes processos que vão desde figuras estatais, que se integram e respondem às reorganizações da ordem internacional e doméstica, até às resistências locais que reprovam novas constituições espaciais resultantes das pressões exercidas por estruturas e fluxos globais ou até mesmo da movimentação da própria autoridade do Estado.

Diante disso, é pertinente uma análise da constituição do AMO como um espaço transnacional a partir da atuação das corporações em seu território, movimento impulsionado por variadas dinâmicas transnacionais do capitalismo em escala global. Ademais, a problematização da dicotomia doméstico-internacional, possibilita investigar e formular outros e novos marcos analíticos, que capturem as múltiplas formas não exploradas e particulares da produção do espaço social.

Investigar os desdobramentos deste caso com base na revisão de literatura apropriada à questão, torna-se relevante porque cada vez mais é necessária a problematização de espaço e território nas RI, dada a possibilidade de múltiplas interpretações conceituais em detrimento de tradicionais percepções *mainstream*. Na tentativa de situar teoricamente as discussões motivadas pelo estudo de caso, a problematização de conceitos-chave - como os de espaço, território e transnacionalismo - inaugura a revisão bibliográfica da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa cujo título se propõe a analisar um processo no “território venezuelano”, isto é, em um espaço tradicionalmente concebido no contexto do Estado moderno, é imprescindível investigar criticamente a conceitualização da ideia de território para além desta sua interpretação tradicional, especialmente sob a pretensão de enquadrá-lo em um processo transnacional.

Também insatisfeitos com as concepções tradicionais sobre território e preocupados com a ideia de espaço, teóricos como Daniel Neep, Stuart Elden e seu anterior Lefebvre, buscam problematizar o conceito tanto do ponto de vista ontológico, como prático.

Stuart Elden utiliza a abordagem da produção capitalista do espaço para caracterizar o surgimento da categoria “território”. Segundo ele, o ordenamento jurídico do Estado ocorre junto ao surgimento da concepção capitalista e, analogamente, o território como espaço surge na perspectiva de Estado capitalista. Para alcançar a soberania no Estado moderno, por

exemplo, o Estado dirige sua violência ao espaço (Lefebvre). É importante, portanto, caracterizar o território como uma categoria não somente política, mas também jurídica - sobretudo à serviço da instituição estatal. De acordo com Elden:

Territory then can be understood as a political technology: it comprises techniques for measuring land and controlling terrain, and measure and control – the technical and the legal – must be thought alongside the economic and strategic. Understanding territory as a political technology is not to define territory once and for all; rather it is to indicate the issues at stake in grasping how it was understood in different historical and geographical contexts. (Elden, 2010, p.811-812)

Ou seja, o território não é uma categoria neutra. Aliás, segundo Elden, nenhum autor paradigmático conseguiu fundar uma concepção estática de território. Isto porque a criação de um território está associada a um contexto histórico e nem sempre existiram os conceitos atuais em outros momentos da história – fato que faz com que o território dependa da prática e da técnica (tecnologia). Estes, por sua vez, dependem de um contexto histórico. O território é, portanto, uma prática cotidiana.

Em seu artigo “*State-Space beyond Territory*”, Daniel Neep (2016) critica a territorialidade excessiva da dimensão estatal, ao que utiliza o termo “fetiche territorial”. O autor defende que o espaço do Estado não é puramente territorial e sim que mobiliza diversas formas de espacialidade em sua formação.

Mesmo assim, Neep segue apoiando a ideia lefebviana de produção social do espaço. Segundo ele, o território traduz no espaço um projeto e isso remolda as percepções sobre aquele espaço e sobre o seu uso. A territorialidade trazida à existência por projetos estatais, portanto, acaba escondendo os aspectos espaciais não territoriais da formação do Estado. É justamente essa lacuna que a ciência política e os a sociologia histórica comparada pecam em preencher (NEEP, 2016).

As Relações Internacionais e a Economia Política Internacional, por sua vez, distinguem os conceitos de espaço e território. A partir da problematização, ainda que nova e inicial, o conceito de território deixa de ser assumido como algo dado e passa a ser entendido, como Agnew (1994) inéditamente, descreve como um produto social e político. Esta ideia sobre território é construída sobre a ideia lefebviana de produção do espaço e, conseqüentemente. Lefebvre (1976, 1991, 2009) entende que a produção do espaço é dada da seguinte forma:

Space is produced by hegemonic forces that organize, categorize and employ space in a particular way, on the basis of a particular logic, and with the deployment of particular technologies and forms of expertise (Lefebvre 1991:9–30). From this perspective, ‘territory’ is no longer ontologically prior to social action - no longer simply out there, waiting to be discovered by human activity or captured by an adventurous state. (NEEP, 2016, p.3)

Para explicar a ideia por trás do seu termo “fetiche espacial”, o autor apresenta a ideia de espaço abstrato. Este último, existe como se estivesse no vácuo, simplesmente vazio; é um espaço morto, inerente, passivo, desconectado de laços emocionais que possam caracterizá-lo como lugar. Por causa destas características, pode ser controlado, compartimentado, etc., ao que Neep faz questão de dizer: “não é nenhum subproduto acidental da forma estatal moderna. É um fetiche espacial que obscurece e mistifica as dimensões não territoriais do poder estatal” (p. 9, tradução nossa).

Em conclusão a sua crítica à construção estatal de uma ordem territorial do espaço (abstrato e fetichizado), Neep descreve as principais consequências do Estado moderno ser representado exclusivamente como uma entidade territorial. Na política internacional, por exemplo, a distinção entre “doméstico” e “estrangeiro”, “interno” e “externo”, obscurece a realidade transnacional na qual o Estado se insere. Segundo o autor essas suposições sobre a territorialidade não reproduzem o mundo como ele, mas nos limitam a uma visão de mundo que involuntariamente reflete uma perspectiva parcial e incompleta sobre a natureza do Estado.

Encaminhando a discussão para o contexto latino-americano, é pertinente explorar o enquadramento desta discussão conceitual e teórica ao caso do Estado venezuelano. Da mesma forma que Elden defende a necessidade de contextualizar historicamente a formação do espaço, é imprescindível entender o território do AMO como um espaço inserido nas dinâmicas da globalização, com condições, sobreposições e garantias institucionais particulares.

William Robinson, em sua obra “*Latin America and Global Capitalism: a critical Globalization Perspective*”, busca explicar como o processo da globalização impacta de forma particular no cenário latino-americano. Robinson parte da ideia de que a globalização é um capítulo completamente novo na história do capitalismo mundial e busca analisar criticamente as mudanças – estruturais e sistêmicas - decorridas na América Latina nas últimas décadas. Robinson resgata o processo histórico da evolução do capitalismo, ao que considera ter tido um avanço extensivo e intensivo, através da inserção de novas regiões ao sistema produtivo de commodities e da comoditização das relações sociais, dada a lógica de produção capitalista.

Para estabelecer um marco temporal em que a Venezuela passa a integrar essa lógica sistêmica, é interessante o momento histórico descrito por Robinson como o estágio final do avanço extensivo capitalista, que corresponde ao período iniciado com colonização do final do século XIX e findado com a reintegração do antigo bloco soviético e dos estados revolucionários do Terceiro Mundo na década de 1990 a esse sistema:

There are no longer any significant regions of the world that remain outside of the system. In the emerging global capitalist configuration, transnational or global space is coming to supplant national spaces. Capitalist relations, moreover, are deepening in the sense that they have penetrated and commodified at an accelerated pace ever more institutions of social and cultural life. (ROBINSON, 2008, p. 7)

Ao passo que nem o socialismo em um único país, nem o capitalismo keynesiano em um único país podiam mais se sustentar em seus períodos críticos - respectivamente 1980-1990 e a partir de 1970), a “globalização tornou-se uma estratégia viável à medida que capitalistas e gestores estatais buscavam novos modos de acumulação” (ROBINSON, 2008, p. 15, tradução nossa).

Outra noção importante a ser estabelecida nessa temporização do capitalismo é entender o período e as respectivas condições em que as corporações transnacionais encontraram espaço e se disseminaram. De acordo com Robinson, com o fim do sistema de Bretton Woods (1973), o vácuo regulatório do sistema financeiro internacional permitiu com que corporações transnacionais e o capital transnacional se espalhassem de forma inédita. A desregulamentação, especialmente a financeira, contribuiu para o estabelecimento de novos circuitos transnacionais de acumulação no capitalismo global.

Segundo Robinson, após 1985 – quando a Bolívia tornou-se o primeiro país a implementar um programa completo de estabilização e ajuste estrutural - todos os países da América Latina, com exceção de Cuba, realizaram um ajuste neoliberal à medida que a globalização alcançava o continente. De acordo com o autor, no período compreendido entre 1978 e 1992, mais de setenta países comprometeram-se com mais de 566 programas de estabilização e de ajustes estruturais impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Esses programas tornaram-se o principal mecanismo de ajuste das economias locais à economia global.

O que ocorreu por meio desses programas foi uma reestruturação maciça do aparato produtivo desses países e a reintegração ao capitalismo global de vastas zonas do antigo Terceiro e Segundo mundos (Robinson, 2008). Com a Venezuela não foi diferente: sua

estrutura político-econômica foi reorganizada de acordo com as necessidades do mercado e do sistema capitalista mundial, uma proposta transparente do neoliberalismo no Sul Global.

O Governo Chávez, idealista do embrionário AMO, triunfou no berço da Revolução Bolivariana da Venezuela, movimento revolucionário que resistiu à imposição neoliberal de programas de reajuste estrutural no país. A sequência de protestos populares conhecidos como *Caracazo* (1989)⁴ são imagéticos deste momento. Fortemente reprimido, o movimento em resistência aos ajustes macroeconômicos visava impedir o descaso com a pobreza e o aumento abusivo das tarifas dos serviços públicos planejados para sustentar uma economia de livre mercado, caracterizada por cortes nas despesas e sustentada pelo Estado e pelos petrodólares.

Apesar da forte repressão ao *Caracazo*, a Revolução Bolivariana da Venezuela goza de um status duplamente excepcional por ter sido o primeiro país a eleger um esquerdista, Hugo Chávez, para a presidência em 1998, e que a retórica e as políticas de seu governo nos anos seguintes ocuparam consistentemente a maior posição rigorosamente 'de esquerda' no espectro político latino-americano, como coloca o cientista político Donald Kingsbury (2012).

Para Kingsbury, a política macroeconômica pós-neoliberal na Venezuela somente conseguiu reconfigurar e redirecionar os padrões de distribuição de regimes de extração de renda já estabelecidos com base na exportação de produtos primários; caso do petróleo e da mineração. Sem qualquer tentativa de ocultar a empiricidade dos fatos, o autor constata que “embora permitindo variações entre os casos, a política econômica e social contemporânea na América Latina é elaborada sob a sombra de seu passado neoliberal” (Kingsbury, 2012, p. 286, tradução nossa). A despeito do enquadramento socialista da Venezuela, portanto, é preciso caracterizar seu contexto nacional através de suas raízes no período que sustentou a própria emergência dos ideais – sejam eles nacionalistas, anti-imperialistas e regionalmente integracionista - nos quais se sustentam o projeto político atual.

Observando-se o caso do AMO, entretanto, novas questões são despertadas a respeito do enquadramento ideológico em que o projeto político e econômico se insere. Por um lado, enfatiza-se o caráter da soberania venezuelana sobre as atividades exploratórias e extrativistas no AMO, por outro, cria-se garantias legais às empresas estrangeiras e responsabiliza as próprias empresas estatais (contempladas no esquema de empresas mistas), para cumprir com as diretrizes do projeto. De forma breve, é um processo extremamente nacionalizado, mas que resulta em efeitos transnacionalizados.

Encaminhando a discussão para sua dimensão transnacional e tendo tomado conhecimento da criação de um marco legal próprio para o AMO (Decreto nº 2.248 de 24 de fevereiro de 2016), com garantias e direitos especiais, sobretudo em consideração às empresas transnacionais, faz-se evidente a necessidade de compreender a formação de novas geografias jurisdicionais, ao que Sassen considera:

Legal frameworks for rights and guarantees, and more generally the rule of law, were largely developed in the context of the formation of national states. But now some of these instruments are strengthening a non-national organizing logic. As they become part of new types of transnational systems they alter the valence of older national state capabilities. (Sassen, 2008, p.64)

John Agnew (1994) descreve que tanto os Estados territoriais quanto os atores não-estatais operam hoje em um mundo no qual as fronteiras do Estado se tornaram cultural e economicamente permeáveis às decisões e dinâmicas projetadas por redes de poder, o que leva, inclusive, a reflexões sobre o desaparecimento de espaço descrito como singular.

(...) the signs of a new spatial organization departing from the conventional spatial representation of state territoriality are everywhere. On one scale there is fragmentation or localization (...) Increasingly, the links between the places of everyday life in which political commitments are forged and the territorial states that have structured and channeled political activities are under stress. New loyalties everywhere undermine state political monopoly (...) On another scale, in the Uruguay Round of the GATT, states are negotiating about opening up trade in services, which would involve them admitting more foreigners and 'foreign' ways of doing business into their territories. Foreigners are already migrating at rates rarely experienced in modern world history (Agnew, 1994, p.73-74)

Ambas as escalas da reorganização espacial descritas por Agnew podem servir como lentes de análise no processo de abertura à exploração mineira estrangeira por parte do governo venezuelano. Ao mesmo tempo em que localiza, através de ações políticas, diversos atores que minam o monopólio do Estado sobre seu território, ao ofertar-lhes uma parcela territorial, que passa a ser fragmento do que antes era monolítico; também torna o espaço mais transnacional e suscetível à instalação de empresas estrangeiras. Nesta lógica, Sassen também demonstra perceber um crescente movimento por parte do próprio aparato estatal de alinhamento a atores globais do setor privado. De acordo com a autora:

I argue that we can no longer speak of 'the' state, and hence of 'the' national state versus 'the' global order. There is a novel type of segmentation inside the state apparatus, with a growing and increasingly privatized executive branch of government aligned with specific global actors, notwithstanding nationalist speeches, and a hollowing out of the legislature whose effectiveness is at risk of becoming confined to fewer and more domestic matters. (Sassen; 2008; p.72)

Por fim, embora projetado previamente, o território destinado ao AMO somente se vincula a ideia de um espaço (social) a partir dos fluxos que ali se realizam; isto é, seu espaço não foi dado naturalmente, *a priori*, mas sim por um conjunto de relações sociais ali estabelecidas, das quais é tanto produtor como produto (LEFEBVRE, 2013). Com a passagem do tempo, ademais, os espaços sofrem mudanças conforme o modo de produção se transforma, cria e incorpora novos processos. Dessa forma, é preciso se atentar a gênese constante do espaço do AMO, a fim de imprimir percepções íntegras sobre o caso.

Tendo revisado a literatura aqui apresentada, é perceptível como é preciso expandir a problematização de espaço e território nas relações internacionais para entender o processo de transnacionalização no AMO. Por mais que seja fácil explicá-lo como um processo para além do Estado, ainda é difícil vencer a dicotomia local-global para caracterizá-lo.

Há uma sobreposição numérica de problemáticas em torno da criação do AMO: uma aparente controvérsia político-ideológica - estatizante e desnacionalizante ao mesmo tempo - bastante complexa para ser explicada teoricamente no contexto do transnacionalismo, sobretudo com uma literatura reduzida a esse respeito. Soma-se a isso a diversidade de atores envolvidos e a dificuldade de delimitar um perímetro investigativo diante da importância da interconectividade entre estes atores. Além disso, por fim, é preciso considerar que o espaço e território do AMO são uma gênese em curso, que requer sua caracterização, de fato, a partir da ideia de produção social do espaço (LEFEBVRE, 2013) e isso influencia o direcionamento da pesquisa ao marco de criação do AMO, a despeito de tantas possibilidades de investigação.

4. O que é o *Arco Minero del Orinoco*?

Situado ao norte do estado de Bolívar e ao sul do rio Orinoco na Venezuela, o chamado “*Arco Minero del Orinoco*” (AMO) é uma extensa faixa de 11.843 km² de terras destinadas à extração de diversos minerais como ouro, alumínio, diamantes, cobre, coltan e ferro. Anunciado em 2011 pelo então presidente Hugo Chávez, o megaprojeto de mineração foi lançado por Nicolás Maduro em 2016 a partir de um decreto presidencial (Decreto N° 2.248, de 24 de fevereiro de 2016), que determinou a criação da *Zona de Desarrollo Estratégico Nacional “Arco Minero del Orinoco”*, uma espécie de zona franca mineira aberta à investidores e corporações transnacionais (TNCs) estrangeiras.

Em meio à agravada crise social, política e econômica do país, o relançamento do projeto propôs-se a viabilizar uma forma rápida de se captar divisas a partir da participação de empresas estrangeiras interessadas na extração de recursos na Venezuela por meio de um extrativismo sem precedentes, ignorando danos e propondo abertura à cerca de 150 empresas de 35 países³. Na época, foram firmados alguns acordos com empresas transnacionais americanas, canadenses, congolenses, chinesas, italianas, dentre outras. Até junho de 2022, são conhecidas também corporações turcas, palestinas e sauditas.

Sobretudo através de empresas mistas, empresas nacionais e estrangeiras podem atuar em território venezuelano. Mas somente algumas empresas tiveram seus contratos tornados públicos, seja por parte do governo da Venezuela ou por elas próprias. Em 26 de agosto de 2016, o poder executivo anunciou a nominalmente a vinculação através de cartas de

³ Em 24 de fevereiro de 2016, no ato de proclamação do decreto, Nicolás Maduro surpreendeu o país com a transmissão em um veículo de comunicação nacional de uma reunião com a presença de 150 empresas para relançar o Projeto AMO do presidente Chávez. Nas palavras de Maduro, "a mineração é um dos elementos que temos com melhor planejamento e projeção, e que hoje nos permite dar partida neste motor de mineração com muita força" (...) "temos tudo para ativar este grande motor, para o atores fundamentais. Investidores nacionais, os investidores mais importantes do mundo de 35 países, com nossa pequena e média mineração artesanal como uma grande experiência, à qual estamos dando e daremos um tratamento especial." Segundo informações oficiais do próprio governo (ver: <http://avn.info.ve/contenido/maduro-que-150-empresas-35-paises-inviertan-venezuela-es-unademostracion-de-confianza>) esta política de mineração extrativa tinha o interesse de aproximadamente 150 joint ventures de 35 países.

compromisso de algumas empresas ao projeto⁴. Foram elas: Gold Reserve Inc.; Barrick Gold International Corporation (Canadá); MPE International; China CAMC Engineering Co; Bedeschi (Itália); Afridiam DWC LLC; Energold Mineral; Glencore AG; Guaniamo Ming Faoz Mining, C.A.; Camimpeg; Ecomine; Hidrocal y Supracal. Com algumas delas foram firmados contratos para formalizar a constituição de empresas mistas e, com outras, Memorandos de Entendimento (MOUs). Destas empresas, apenas a italiana Bedeschi e a canadense Barrick Gold Intl. Corp. não tiveram as propostas de constituição de empresas mistas adiante.

Tabela 1 - TNCs presentes no AMO

Nome da empresa	País de origem	Acordo (Empresa Mista/MOU/outro)
Faoz Corp	Arábia Saudita	Empresa Mixta Minera Ecosocialista Parguaza, S.A
Gold Reserve Inc / GR Mining (Barbados) Inc	Canadá	Empresa Mixta Ecosocialista Siembra Minera S.A
Energold Drilling Corp	Canadá	MOU
CAMC Engeneering Co	China	Aliança Estratégica (China-Venezuela)
Yankuang Group	China	Aliança Estratégica (China-Venezuela)
Guaniamo Mining Company	Estados Unidos	MOU
Sakan C.A	Palestina	Empresa Mixta Al Quds S.A
Comercializadora Orinoco River C.A	Palestina	Empresa Mixta Biet Lahem S.A
Afridiam	RD Congo	MOU

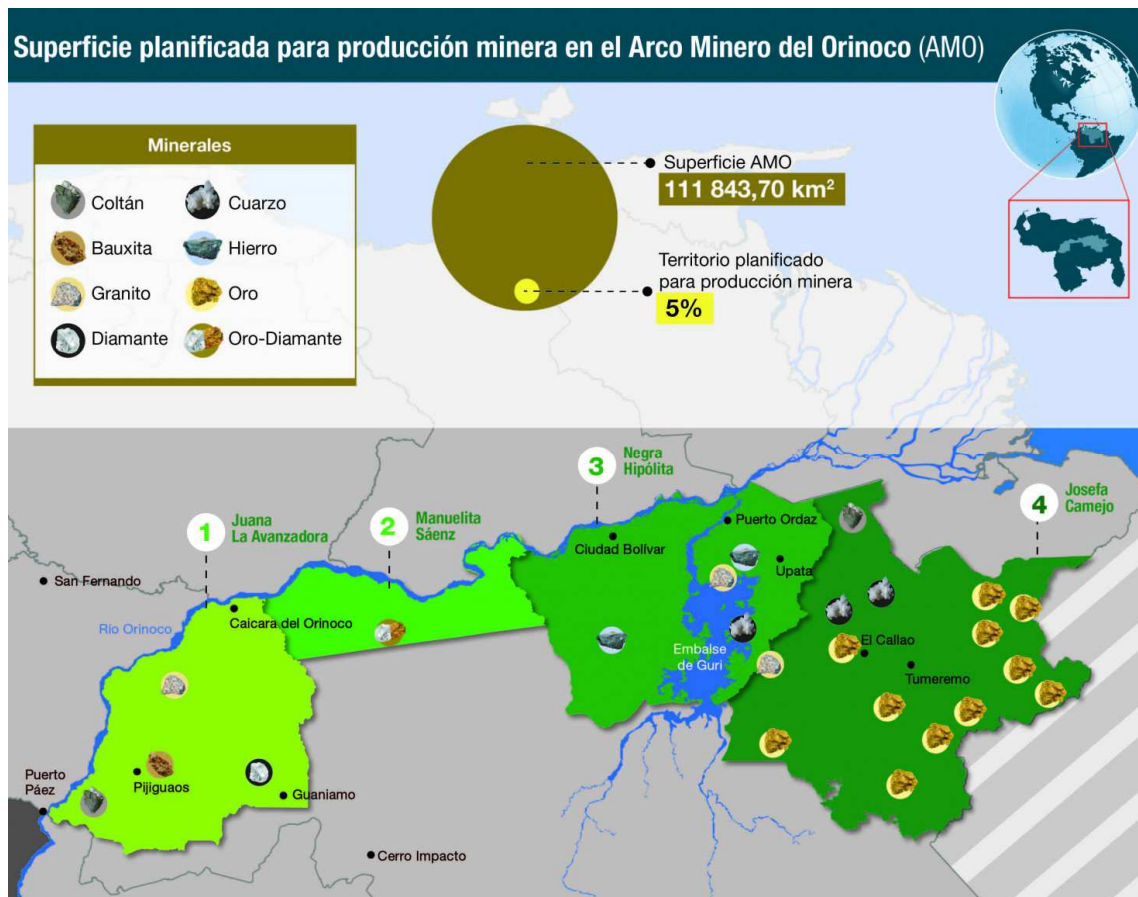
⁴ *Barrick Gold y otras mega mineras explotarán el Arco Minero del Orinoco*. No a La Mina, Venezuela, 28 ago. 2016. Disponível em: <https://noalamina.org/latinoamerica/venezuela/item/16144-barrick-gold-y-otras-mega-mineras-explotaran-el-arco-minero-del-orinoco>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Marilyns Proje Yatirim S.A	Turquia	Empresa Mixta Sociedad Anónima Minera Binacional Turquía-Venezuela- MIBITURVEN, S.A
Glenmore Proje Insaat S.A	Turquia	Empresa Mixta Sociedad Anónima Carbones Turquía y Venezuela- CARBOTURVEN, S.A
Empresa Conjunta Minera de Nueva Esparta C.A	Venezuela	MOU
Inversiones Hidrocan	Venezuela	MOU
Supracal	Venezuela	Empresa Mixta Minera Ecosocialista Oro Azul S.A

Fonte da tabela: autoria própria com base nas informações do MPPDME (2019), *Transparencia Venezuela* (2018) e do Boletim “*Desarmando al Arco Minero*” da *Plataforma contra el AMO e CER-Latinoamericana* (2018).

A vasta gama de empresas estrangeiras envolvidas hoje no megaprojeto torna difícil a identificação de atores-chave para uma análise menos dispersa do AMO. Mas há, de fato, empresas relevantes internacionalmente e que receberam atenção especial do governo venezuelano no âmbito do projeto. Ao que se sabe, por exemplo, a empresa canadense Gold Reserve Inc., é uma relevante TNC de mineração de ouro. Seu contrato, assinado em 2016, é válido por 20 anos; prazo que pode ser prorrogado. Ainda, através de uma empresa mista, a Gold Reserve Inc., tem o direito de exploração da Mina de Brisas, a sudeste dos limites do AMO no estado de Bolívar; quarta maior mina de ouro do mundo, com uma capacidade de produção de 37 toneladas por ano.

Figura 1 - projeção territorial do AMO, como anunciado pelo governo da Venezuela



Fonte: Ministerio del Poder Popular de Desarrollo Minero Ecológico

A abertura às empresas estrangeiras, despreocupadas com seus impactos negativos em um território cuja legislação é relativamente menos eficaz sobre suas atividades, criou forte indignação no país latino-americano. Desde 2011, mobilizações sociais se firmaram, primeiro como resistência preventiva diante do anúncio de Chávez quando, prontamente, diversas organizações indígenas emitiram declarações alertando sobre os danos que o projeto representava às suas comunidades. A partir do Decreto N° 2.248 de Maduro, em 2016, além de novas declarações, tomaram lugar inúmeros protestos de rua envolvendo organizações políticas e movimentos sociais.

Diante das variadas pressões, em junho de 2016, a Assembleia Nacional – na época, já majoritariamente de oposição ao governo - concordou em desaprovar, por meio de acordo, o decreto presidencial de Maduro que autorizava o projeto AMO. No entanto, o ato de

desaprovação não teve capacidade para invalidar o decreto, o que foi determinante para a conjunção de diversos ativistas e organizações que denunciam o caráter ilegal do megaprojeto de mineração, por violar a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (CRBV), além de ter representado um marco no ativismo socioambiental no país.

Apesar das críticas feitas pela opinião pública, o projeto segue avançando e configura um conflito socioambiental inédito na região, constituído de diversas violações aos direitos humanos de indígenas e populações urbanas, além da extração mineral e desmatamento ilegais. Até o momento, não há previsões de interrupção das atividades no AMO.

4.1 Iniciativas de conjunção para o AMO

Em 30 de setembro de 2016 é publicado na *Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela* (GO) o Decreto Nº 2.465, mediante o qual se autoriza a criação de uma empresa do Estado (EPE) através da junção entre a *Corporación Venezolana de Minería S.A.* e a GR Mining (Barbado) Inc., subsidiária da transnacional canadense Gold Reserve Inc., a qual recebe o nome de “Empresa Mixta Ecosocialista Siembra Minera, S.A” (*Siembra Minera*) inscrita ao *Ministerio del Poder Popular de Desarrollo Minero Ecológico*.

O decreto foi publicado depois da manifestação de ambas as partes no marco do *Decreto (Nº 1.424) Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica*⁵ que reserva ao Estado “as atividades de exploração e exportação de ouro e outros minerais estratégicos” (GO, 17 de novembro de 2014); por isso, a criação de uma empresa mista (EPE).

A GR Mining Inc. tem sede em Barbados desde sua criação em 2016, possivelmente pelo conjunto de condições formado pelas enquadramento fiscal favorável do país e por um acordo entre o governo da República da Venezuela e o governo de Barbados para a Promoção e Proteção de Investimentos (1994). Este último fator, sobretudo, explica o porquê de a empresa canadense Gold Reserve Inc., proprietária da GR Mining, ter instalado sua subsidiária em um

⁵ Decreto que estabelece os princípios, bases e diretrizes que regem a organização e o funcionamento da Administração Pública; regula os compromissos de gestão e as empresas do Estado; cria mecanismos de promoção da participação popular e controle, monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e projetos; e estabelece as regras básicas sobre os arquivos e registros da Administração Pública. Pode ser acessado em: <http://www.asambleanacional.gob.ve/leyes/sancionadas/decreto-no-1424-con-rango-valor-y-fuerza-de-ley-organica-de-la-administracion-publica>.

país onde investimentos no território da Venezuela originados em Barbados são, além de incentivados formalmente, protegidos por um acordo internacional.

O que se nota é que a Gold Reserve Inc., proprietária integral da empresa empreendeu esforços sistemáticos desde antes da criação do AMO para operar na região venezuelana. Seu histórico de ações, apresentado a seguir, mostra que a Gold Reserve participou ativamente das negociações dentro da arquitetura nacional venezuelana e internacional – no campo de investimentos - para concretizar o maior projeto de exploração de ouro contido hoje no AMO.

4.2 A Gold Reserve Inc.

A Gold Reserve Inc. é uma empresa que se dedica exclusivamente ao negócio de aquisição, exploração e desenvolvimento de projetos mineiros. Foi constituída em 1998, após a aquisição, Gold Reserve Corporation, datada de 1954, sob as leis do território de Yukon, no Canadá, tendo tido sua jurisdição expandida também na província canadense de Alberta em 2014. Seus acionistas são tanto canadenses como estadunidenses e a empresa conta com sua sede principal em Spokane, nos Estados Unidos e uma instalação secundária em Calgary, no Canada.

A Gold Reserve Inc. é uma empresa com múltiplas subsidiárias e tem um histórico de mineração na Venezuela que já remonta décadas. Em 1992, a empresa conseguiu a concessão do Projeto “Las Brisas”, hoje contido no AMO, supostamente um dos maiores depósitos de ouro não desenvolvidos do mundo e uma das reservas minerais mais importantes da Venezuela. A Gold Reserve afirma ter investido US\$ 300 milhões no desenvolvimento do local, mas sua autorização original foi revogada pelo governo venezuelano em 2009.

Figura 2 - Empresas subsidiárias da Gold Reserve Inc. vinculadas à mineração na Venezuela antes do AMO



Fonte: Gold Reserve Annual Report 2011

Sentindo-se prejudicada pela decisão de Chávez, em 2009, a Gold Reserve buscou compensação por meio do Centro Internacional para Solução de Disputas de Investimento (ICSID) do Banco Mundial. O ICSID decidiu que a Venezuela havia violado um tratado bilateral de investimento Canadá-Venezuela e ordenou que a Venezuela pagasse um montante de US\$1,03 bilhão em compensação à Gold Reserve. Até 2016, depois do investimento e litígio, a Gold Reserve Inc. ainda não havia extraído oficialmente nenhum grama de ouro na Venezuela.

Em fevereiro de 2016 a Gold Reserve assinou o acordo de liquidação (Settlement Agreement) com a Venezuela. Mas em dezembro de 2016, a empresa declarou que havia modificado o acordo – agora na forma de um MOU - com a Venezuela, afrouxando os prazos de pagamento e reestruturando sua reivindicação. Em julho de 2016, para concretizar uma proposta de parceria firmada para o desenvolvimento conjunto do projeto de “Las Brisas” o governo da Venezuela comprou os dados do projeto de mineração da transnacional canadense pelo valor de US\$240 milhões.

Mas foi com o Decreto N° 2.465 (criação da *Empresa Mixta Ecosocialista Siembra Minera, S.A.*) que se criou a arquitetura legal necessária para desenvolver o projeto Brisas e o projeto adjacente de exploração de ouro e cobre de Cristinas (Projeto "Brisas-Cristinas"). Antes de assinar o acordo de empresa mista com a Venezuela, a Gold Reserve Inc. criou duas

subsidiárias: a GR Mining (Barbados) Inc. (“GR Mining”) e a GR Engineering (Barbados) Inc. (“GR Engineering”). A GR Mining foi constituída exclusivamente para deter a participação da Gold Reserve na Empresa Mixta Ecosocialista Siembra Minera, S.A., criada especificamente para a gestão do Projeto Brisas Cristinas. A GR Engineering, por sua vez, foi formada para prestar serviços técnicos à Siembra Minera.

Em julho de 2017 a Gold Reserve anunciou os primeiros avanços no projeto Brisas-Cristinas, a partir de reuniões realizadas com representantes do Governo Nacional para acelerar as autorizações conforme estabelecido no Decreto do AMO. Dentre as atividades iniciais, autorizadas pouco depois, incluíam a limpeza do local, a escavação e construção de estradas, o desenvolvimento de estruturas de controle de sedimentos e escavações mais específicas para rejeitos de barragem, abertura de pedreira, áreas de acampamento de homens, dentre outras.

Apesar do complexo processo jurídico levado a cabo pela Gold Reserve em conjunto com o governo venezuelano, a criação do AMO aparenta ser um movimento legal e alinhado às dinâmicas neoliberais já conhecidas no contexto latino-americano. Mas as contrariedades no projeto, em especial no conteúdo do Decreto Nº 2.248, aparecem na face da legitimidade do AMO dentro da própria estrutura doméstica venezuelana.

4.3 Projeto ilegítimo e ilegal

O Estado venezuelano, historicamente nacionalista e nacionalizado - a despeito da cessão às pressões exercidas pelas dinâmicas transnacionais de liberalização econômica - foi confrontado de imediato pela população por ir contra os interesses nacionais na criação do AMO; o que, no caso venezuelano, se traduziria no interesse de seu povo. De acordo com o professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo, Alberto do Amaral Jr., a Venezuela é um “típico caso de governo populista que se caracteriza como de esquerda, sendo que alguns traços peculiares mostram essa vertente, como o aparelhamento do Estado com militares, o líder ‘popular’ e a oposição ilegítima” (Jornal da USP, 2019). Mas como Amaral Jr. aponta, trata-se de um governo clientelista, que usa os favores em determinados setores.

Um primeiro sinal desta contrariedade ao interesse nacional é claro no caráter inconstitucional do AMO. De acordo com a CRVB, o Estado venezuelano tem a obrigação de garantir e realizar o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas diretamente afetados, não só no uso de seus recursos naturais, mas também em sua integridade social e cultural (Artigo 120º); o que está em conformidade, inclusive, com os artigos 11º e 12º da *Ley*

Orgánica de los Pueblos y Comunidades Indígenas e com o artigo 32º da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Para além disso, estes dois últimos instrumentos apontam para a inclusão de todas as comunidades afetadas, de modo que se respeite as culturas indígenas, seus tempos e o diálogo na própria língua das comunidades. Isso significa que, para cumprir essa exigência constitucional, o Estado venezuelano é obrigado a realizar não um, mas vários processos de consulta prévia ajustados às línguas e costumes de cada um dos povos indígenas afetados pelo projeto, como aponta o informe do *Centro para la Reflexión y Acción Social* (2020).

O AMO também descumpre o Artigo 119º da CRVB, que discorre, no Capítulo VIII, sobre os direitos territoriais dos povos indígenas:

“El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley” (GO, 30 de dezembro de 1999).

Esta sobreposição aparente de concepções de território - Estado-nação venezuelano e territórios indígenas - é, inclusive, algo que será discutido mais à frente. De acordo com Andrea Pacheco, membro da Plataforma Contra El Arco Minero del Orinoco, entrevistada em 2019 pelo jornal *Crónica Uno*, “há uma desistência do Supremo Tribunal de Justiça porque não notificou os povos indígenas sobre a exploração mineira”. O dever deste órgão é tomar decisões mediante consulta prévia. É por isso que em 2019 ativistas se reuniram em frente ao STJ para exigir respostas sobre o recurso de nulidade do Decreto N° 2.248⁶.

Em repetidas ocasiões, a Assembleia Nacional, que em junho de 2016 reprovou o Decreto de criação do AMO, informou que o megaprojeto contém uma grande área de grande biodiversidade que é protegida por decretos de reserva florestal, contemplados nos artigos 127º,

⁶ *Ambientalistas advierten que Arco Minero puede generar etnocidio de pueblos indígenas*. *Crónica Uno*, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://cronica.uno/ambientalistas-advierten-que-arco-minero-puede-generar-etnocidio-de-pueblos-indigenas/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

128º e 129º da CRBV⁷. E, para além da intervenção negativa no meio ambiente, inaugurando conflitos socioambientais inéditos, o projeto do AMO não prevê quaisquer passivos ambientais⁸ por parte das empresas envolvidas.

Ainda explorando o conteúdo do Decreto de criação do AMO, é inevitável notar que o documento proíbe e sanciona, expressamente, o exercício dos direitos de reunião, manifestação pacífica e greve, ao estabelecer que nenhum interesse privado, sindical, de associação ou agrupamento, nem seu regulamento, prevalecerá sobre o interesse geral no cumprimento do objetivo contido no decreto (Artigo 25º). Isso não somente viola as disposições presentes na Carta Magna da própria República Bolivariana da Venezuela (Artigos 54º, 68º e 97º) como também descumpre diretrizes internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Acordo 87 da OIT sobre liberdade de associação.

Organizações de resistência têm, de fato, recorrido aos mecanismos internacionais na tentativa de barrar o avanço do AMO e de reaver os direitos e territórios da população. Afinal, o projeto proposto inicialmente por Maduro como forma de diversificar a economia petrolífera, coloca em jogo a própria soberania e o território nacionais.

4.4 Impactos socioambientais do AMO

São inúmeros os impactos gerados pelas atividades de extrativistas na Venezuela, sobretudo levando em consideração a complexidade de atores envolvidos na mineração. Há de se ter em conta, também, que a Venezuela abriga uma diversidade de povos, ecossistemas e tradições que foram fortemente afetadas pela chegada das mineradoras no AMO.

⁷ Trata-se das reservas de Imataca com 3,8 milhões de hectares, La Paragua e El Caura com 5,1 milhões de hectares, monumentos naturais (como o caso de Guanay decretado em 1991). Também a bacia do Caroní de 96.000km², que fornece as reservas de água doce mais importantes do país e gera 60% da energia hidrelétrica que alimenta a barragem de Guri e o complexo hidroelétrico.

⁸ De acordo com Carlos Galdino (2013), com base nos dados da Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA), "apesar de ser um termo abrangente, pode-se definir passivo ambiental como uma obrigação adquirida em decorrência de transações anteriores ou presentes, que provocaram ou provocam danos ao meio ambiente ou a terceiros, de forma voluntária ou involuntária, os quais deverão ser indenizados através da entrega de benefícios econômicos ou prestação de serviços em um momento futuro." (fonte: <https://www.scielo.br/j/prod/a/FY9ZMrkpzxsxqggcpbvgMFw/?lang=pt>).

Segundo Bram Ebus (2018), jornalista holandês que tem coberto conflitos mineiros na Venezuela desde 2017, apesar da área onde estão localizados os depósitos dentro do AMO ser uma região relativamente inacessível e desconhecida, é certo que o perímetro do AMO abriga 198 comunidades indígenas, além de vários ecossistemas protegidos - incluindo o Parque Nacional Canaima, patrimônio mundial da UNESCO, a Reserva Florestal de Imataca, as reservas La Paragua e El Caura, o Monumento Natural Cerro Guanay, e a bacia hidrográfica do Rio Caroni – que estão todos sob ameaça.

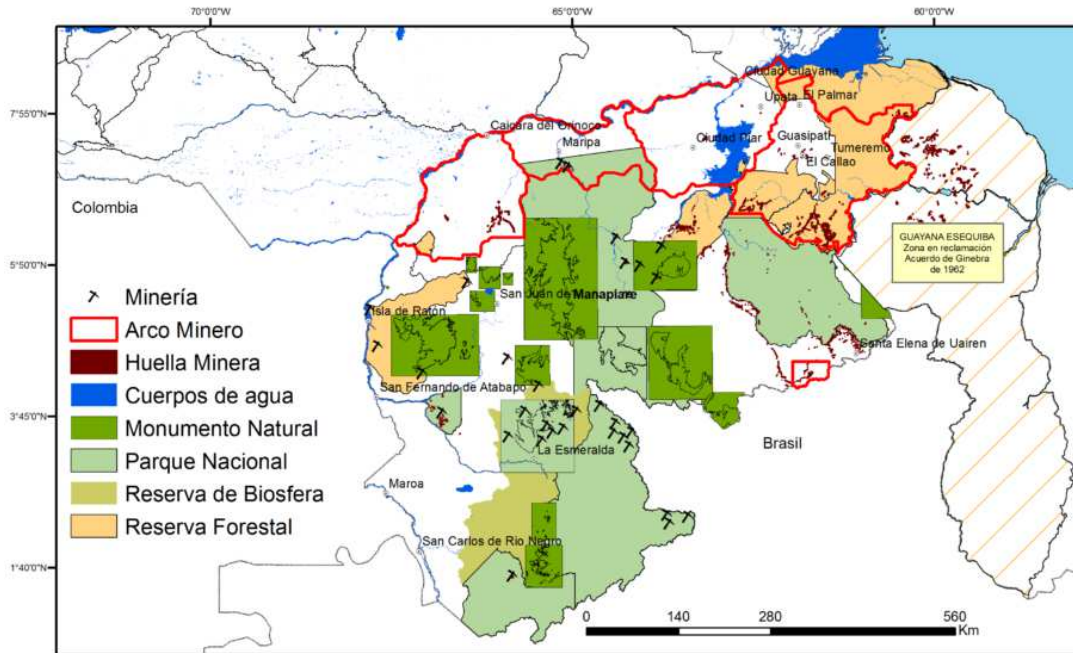
Mesmo que o governo venezuelano insista em divulgar mapas que indicam um limite respeitoso às terras indígenas e reservas florestais (Figura 3), as imagens de satélite e interpretações de georreferenciamentos disponibilizadas por organizações diversas não ocultam a realidade violadora à proteção dos povos originários e de seus territórios. O desmatamento e o uso do mercúrio - usado para separar o ouro de outros minerais da terra - estão entre os principais impactos socioambientais que recaem diretamente sobre estas populações.

Figura 3 – limites do AMO em relação às áreas de proteção ambiental “ABRAE”, segundo o governo venezuelano.



Fonte: Ministerio del Poder Popular de Desarrollo Minero Ecológico

Figura 4 – mapa do AMO em relação às principais áreas de proteção ambiental ao sul do Rio Orinoco, de acordo com georreferenciamento interpretado pela SOS Orinoco

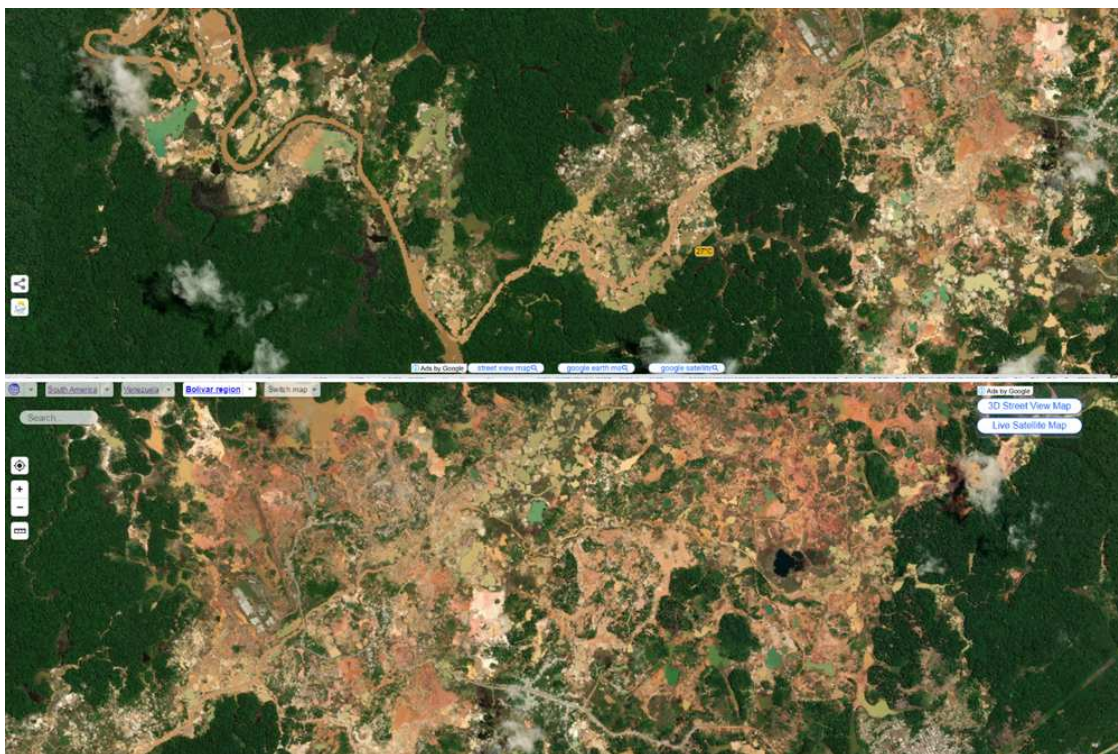


Fonte: SOS Orinoco

Na área do AMO que se sobrepõe à Reserva Florestal de Imataca (ver Figura 4, área laranja que acompanha o limite mais à leste), a SOS Orinoco identificou 160 polígonos ou centros de mineração de ouro, cuja soma totaliza 23.434 hectares (ha). Como reportado pela organização, “Las Claritas”, na região da bacia do Rio Cuyuni da Reserva Florestal de Imataca, é o maior foco de mineração de ouro contínuo e delimitável da Venezuela (4.781 hectares), com uma área equivalente a 6.300 campos de futebol profissional ou 3,7 vezes o tamanho do município de Chacao, na cidade de Caracas.

A situação da mineração em Cuyuni foi e é incompatível com a filosofia e os objetivos da Reserva Florestal de Imataca, que foi a ordem territorial predominante de 1963 a 2018. Uma parte importante da bacia está dentro da Reserva Florestal de Imataca, que é uma ABRAE (*Área Bajo Régimen de Administración Especial*), criada em 1961 devido à existência de uma vasta área de floresta (aproximadamente 3,8 milhões de ha) que foi assumida com um grande potencial florestal.

Figura 5 - Epicentro do AMO: Cuyuni, conhecido como “coração” de Imataca



Fonte: SOS Orinoco

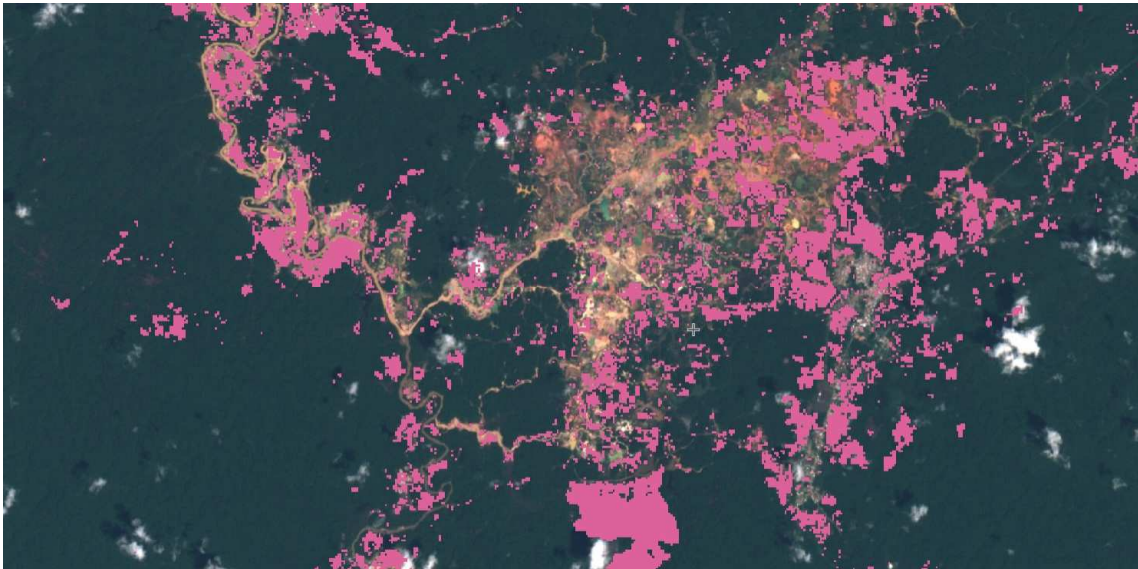
O Parque Nacional de Canaima, patrimônio mundial da UNESCO e a Barragem de Guri, principal reservatório do país, também foram afetados pelo AMO. Localizado no estado de Bolívar, o Parque Nacional Canaima abrange 3 milhões de hectares e é caracterizado por vastas florestas, planaltos de topo plano (tepuyes), inúmeras cachoeiras e falésias. É também o lar de espécies ameaçadas de extinção, como onças, ariranhas e tamanduás gigantes. O Reservatório de Guri abastece a principal usina hidrelétrica da Venezuela que produz 60% da eletricidade do país. Com os níveis históricos mais baixos em 2015, uma série de apagões e cortes de energia tomou lugar por todo o país. Especialistas dizem que o desmatamento causado pela mineração e extração de madeira na América do Sul tem afetado as chuvas na região.

De fato, os níveis de desmatamento aumentaram exponencialmente com a chegada do AMO na Venezuela. O relatório “Deforestación y cambios en la cobertura vegetal y de usos de la tierra dentro del denominado Arco Minero del Orinoco entre 2000-2020” produzido pela SOS Orinoco em 2021 aponta que a área florestal do AMO reduziu 7,6% entre 2000 e 2020, o equivalente a 520.900 ha. Entre 2015 e 2020, a redução foi de 230.121 ha. (uma média de

46.024 ha. por ano), o que representa a maior perda de floresta entre os quinquênios analisados. A perda de vegetação florestal na área contemplada pelo AMO, segundo a organização, tem como segunda maior causa a mineração, sendo a primeira, a atividade agropecuária que também se desenvolve na região.

Essa perda de floresta relatada entre 2015 e 2020 seria equivalente à emissão de aproximadamente 162 milhões de toneladas de CO² (SOS Orinoco, 2021). Além disso, a fragmentação dos habitats florestais dos quais depende a maior parte da biodiversidade, em uma das regiões biologicamente mais ricas do mundo, é extremamente preocupante. A perda de biodiversidade, as alterações nos regimes de chuva e as mudanças do clima, portanto, são danos diretos do desmatamento levado a cabo para dar lugar à mineração no AMO.

Figura 6 - Perda de cobertura florestal (rosa) ao redor da cidade mineira de Las Claritas (Cuyuni), no estado de Bolívar, ao sul do Rio Orinoco.



Fonte: Global Forest Watch

No que diz respeito à contaminação de recursos hídricos por mercúrio, referida recorrentemente como a segunda principal consequência negativa da mineração no AMO, a situação é igualmente alarmante. O único órgão de fiscalização competente para monitorar a

qualidade dos rios venezuelanos, a *Red de Calidad del Agua* foi extinta em 2008. Desde então, não há informações oficiais, exceto estudos realizados por organizações independentes.

Após apelos da população do entorno do Rio Caura, no estado de Bolívar, um estudo foi elaborado e divulgado pelo *Correo de Caroni*⁹. O resultado foi que a concentração desse produto químico nas pessoas é muito maior do que o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como perigoso. E a contaminação por mercúrio afeta, especialmente os indígenas: foi constatado que 35% dos indígenas têm níveis de mercúrio acima dos limites tolerados.

Em entrevista à Anistia Internacional o biólogo venezuelano e coordenador da coalizão *Climate 21*, Alejandro Álvarez, disse que “praticamente todas as bacias do Orinoco estão contaminadas”, o que corresponde a “cerca de 2 milhões de pessoas em risco de contaminação”¹⁰. Um cenário como este compromete profundamente a saúde pública das populações que habitam no território do AMO. A situação é mais acentuada à leste, onde estão localizadas Imataca e Canaima, que é destinada à exploração de ouro e onde vive grande parte dos povos indígenas que se distribuem no espaço entre a Venezuela e Brasil.

Nesse sentido, a invasão de terras indígenas para a exploração mineira é um problema inquestionável e que é comentado a seguir. É particularmente interessante comentar as práticas conduzidas pelo Estado contra estas populações, que vem desenhando um cenário de etnocídio - antes impensável - no território venezuelano.

Para concluir o relato dos principais impactos do AMO sobre o ambiente e a população, há mais duas nuances das práticas público-privadas neste espaço que merecem alguma descrição para efeitos da problematização proposta na pesquisa. Trata-se da dimensão dos deslocamentos forçados promovidos e do aumento da militarização do território em torno da

⁹ “35% de los indígenas en Bolívar están contaminados con mercurio”, alertó doctor José Trujillo. Centro de Comunicación Nacional - Asamblea Venezuela, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://presidenciave.com/regiones/35-de-los-indigenas-en-bolivar-estan-contaminados-con-mercurio-alerto-doctor-jose-trujillo/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

¹⁰ *Contaminación mercurial en cuencas del Orinoco pone en riesgo a unas 2 millones de personas*. Crónica Uno, 27 maio 2021. Disponível em: <https://cronica.uno/contaminacion-mercurial-en-cuencas-del-rio-orinoco-pone-en-riesgo-a-unas-2-millones-de-personas/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

mineração. Mas é importante mencionar que ainda uma numerosidade de cenários problemáticos e inolucutáveis se desdobrando no AMO, como a violência generalizada e violações de direitos humanos - caso de relatos de trabalho escravo, assassinatos, exploração sexual de mulheres, tráfico humano, dentre outros¹¹.

Em última menção aos desdobramentos no espaço, os deslocamentos forçados se tornaram algo cotidiano no território do AMO. A nuance dos deslocamentos é perceptível sobretudo entre trabalhadores mineiros e indígenas. No entorno do Rio Cuyuni, onde a Gold Reserve já tinha firmado bases desde antes do AMO, a mineração ilegal que se aproveitou das minas a céu aberto, era uma região habitada por muitos trabalhadores mineiros. Um relatório da Embaixada da Venezuela no Canadá, cujo conteúdo alerta sobre os problemas ambientais e legais relacionados ao AMO¹² constatou que, com o passar do tempo e com o desenvolvimento de problemas relacionados à saúde, em específico a proliferação de mosquitos transmissores da malária e a consequente contaminação da população, muitas destas se viram forçadas a deixar suas casas. Já em relação às comunidades indígenas, o mesmo relatório afirmou que:

Esa violencia generada por la creación del Arco Minero, junto con la crisis humanitaria compleja en el resto de Venezuela, ha producido el desplazamiento y la relocalización forzada de comunidades indígenas enteras hacia los países fronterizos. Esto es una pérdida devastadora para el patrimonio cultural venezolano y su identidad como país que afectará a las generaciones futuras. (EMBAJADA REP. BOLIVARIANA DE VENEZUELA EN CANADÁ, 2021, p.13)

¹¹ A) *Assassinatos de 149 mineiros revelam corrida do ouro com tortura e desmatamento na Venezuela*. BBC News Brasil, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53508543>. Acesso em: 15 jun. 2022.

B) *Introduction of the report on the independence of the justice system, access to justice and the situation of human rights in the Arco Minero del Orinoco in the Bolivarian Republic of Venezuela*. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner (OHCHR), STATEMENTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements/2020/07/introduction-report-independence-justice-system-access-justice-and-situation?LangID=E&NewsID=26097>. Acesso em: 15 jun. 2022.

¹² *Reporte de la Embajada República Bolivariana de Venezuela en Canadá: "El Arco Minero del Orinoco" de Venezuela*. Abril 2021. ed. [S. l.: s. n.], 2021. 25 p. Disponível em: https://ca.embajadavenezuela.org/wp-content/uploads/2021/05/El-Arco-Minero-del-Orinoco_Reporte-VF.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

4.5 Resistências locais

Com a chegada de empresas transnacionais em território venezuelano e em resposta ao projeto do AMO a sociedade venezuelana se mobilizou. Como já referido, em contraposição ao histórico de mobilizações no país, como o marcante *Caracazo* (1989), o governo de Maduro além de não realizar nenhuma consulta prévia sobre o AMO, proibiu os direito de reunião, manifestação pacífica e greve, (Artigo 25º, Decreto N° 2.248). Mesmo com a proibição, ativistas e lideranças políticas foram às ruas. Mas ainda mais significativo é o número de produções acadêmicas e jornalísticas sobre os eventos no âmbito do AMO – carregados de denúncias e reivindicações. Algumas das principais organizações que produzem estes materiais se encontram na tabela abaixo.

Tabela 2 – Principais organizações de resistência ao AMO

Nome da organização/do grupo	Tipo
Plataforma Contra o Arco Mineiro do Orinoco	ONG
Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía – Wataniba	Organização Indígena
Coordinadora Organizaciones Indígenas Amazonía Venezolana (COIAM)	Organização Indígena
Organización de Mujeres Indígenas de Amazonas (OMIDA)	Organização Indígena
Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas (ORPIA)	Organização Indígena
Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos –PROVEA	ONG
SOS ORINOCO	ONG
Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL)	Instituição acadêmica
Centro de Investigaciones Ecologicas de Venezuela	Instituição acadêmica
No a La Mina	Instituição acadêmica
Observatório de Ecologia Política de Venezuela (OEP)	Instituição acadêmica
Centro de Estudios de la Realidad Latinoamericana (CER-Latinoamericana)	Instituição acadêmica

Fonte: autoria própria

Embora a pesquisa não tenha o intuito de aprofundar nas particularidades das mobilizações contra o AMO, é interessante notar que estas resistências, apesar de localizadas no plano “nacional”, possuem sim um caráter transnacional. Afinal, são mobilizadas em resposta a um processo de incentivos estatais à transnacionalização do território e de ocupação do espaço por atores transnacionais. Diante da reconfiguração do território, tema dessa investigação, novas formas de resistência podem ser identificadas. Apesar de autores como Sassen (2008) se esforçarem para descrever esses processos emergentes – sobretudo sobre as redes globais de ativistas locais e, de forma mais geral, na infraestrutura social concreta e muitas vezes específica do local da “sociedade civil global” - , as resistências locais como elementos de dinâmicas transnacionais ainda são pouco estudadas.

5. Considerações finais

O estudo do AMO se mostrou um caso complexo, com potencial para ser sujeito de uma pesquisa mais aprofundada e, inclusive, interdisciplinar. Ao que essa pesquisa se propunha - investigar a interação das dinâmicas locais e globais no espaço do AMO como forma de caracterizar este território como um espaço transnacional - os resultados se mostraram frutíferos. Os dados encontrados foram suficientes para responder a hipótese da pesquisa e trouxeram perspectivas empíricas interessantes para a problematização de espaço e território nas Relações Internacionais.

Tendo em vista a numerosidade de problemas irreversíveis e sem quaisquer perspectivas de compensação ambiental, social e humana no âmbito do AMO, fica clara a facilitação arbitrária e deliberada do Estado venezuelano à atividade transnacional mineradora. A dimensão dos impactos não apenas é numérica, mas também multidimensional, afetando diversas esferas da vida humana, além da fauna e da flora em território venezuelano. A atual agenda de política econômica mineira da Venezuela se apoia indiscutivelmente – como visto - na agenda neoliberal que vem se expandindo nas últimas décadas na América Latina.

Vale destacar que literatura utilizada e que, desde o início, justificou necessidade do problema de pesquisa, forneceu bases importantes para a interpretação do AMO como resultado de dinâmicas transnacionais. Contudo, foi perceptível que a literatura ainda é insuficiente, sobretudo dentro da área de RI. Há uma série de autores das Ciências Sociais, como geógrafos, cientistas políticos e sociólogos que rondam a problematização sobre espaço e território diante das dinâmicas transnacionais. Mas também por isso foi interessante interpretar e concluir sobre tais dinâmicas a partir da observação empírica.

O AMO revela de forma muito explícita tanto as dinâmicas locais como globais são componentes ativos da transnacionalização de desnacionalização do território venezuelano. O Estado, não somente sofre as pressões transnacionais do capitalismo global, como promove uma transnacionalização ativa através de incentivos de atração às TNCs. Nisto, o caso da Venezuela - com fortes princípios nacionalistas, a princípio - foi enriquecedor não apenas desta pesquisa, mas também do debate sobre a transnacionalização do espaço nas Relações Internacionais, tema que ainda pode ser mais amplamente explorado.

Finalmente, a pesquisa foi interessante para alimentar, com empiricidade, a discussão sobre corporações transnacionais e a a dimensão espacial dos processos extrativistas na América Latina; discussão esta que cada vez mais se insere nas Relações Internacionais.

6. Referências bibliográficas

AGNEW, John. 1994. "The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory". *Review of International Political Economy*, Vol. 1, No. 1.

Ambientalistas advierten que Arco Minero puede generar etnocidio de pueblos indígenas. *Cronica.Uno*, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://cronica.uno/ambientalistas-advierten-que-arco-minero-puede-generar-etnocidio-de-pueblos-indigenas/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Arco Minero del Orinoco. Ministerio del Poder Popular para el Desarrollo Minero Ecológico. Disponível em: <http://www.desarrollominero.gob.ve/zona-de-desarrollo-estrategico-nacional-arco-minero-del-orinoco/>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

Barrick Gold y otras mega mineras explotarán el Arco Minero del Orinoco. *No a La Mina*, Venezuela, 28 ago. 2016. Disponível em: <https://noalamina.org/latinoamerica/venezuela/item/16144-barrick-gold-y-otras-mega-mineras-explotaran-el-arco-minero-del-orinoco>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Cuyuni Corazón de Imataca: epicentro del Arco Minero de Maduro. *SOS ORINOCO*. Junho, 2020. Caracas, Venezuela, 13 jul. 2020. Disponível em: https://sosorinoco.org/wp-content/uploads/2020/07/INFORME-Cuyuni%CC%81_20200713.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

Decreto no 2.248 de 24 de fevereiro de 2016. *GACETA OFICIAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA* no 40.855. Disponível em: <https://engaceta.files.wordpress.com/2016/02/40855.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2021.

Deforestation & Changes in Vegetation & Land Use Cover within the so-called Orinoco Mining Arc between 2000-2020. *SOS Orinoco*, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://sosorinoco.org/en/reports/deforestation-changes-in-vegetation-land-use-cover>

within-the-so-called-orinoco-mining-arc-between-2000-2020/. Acesso em: 15 jun. 2022.

Documentário: El Arco Minero ¿Ecocidio o Suicidio. SOSOrinoco. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YmrtyC95ovw>>. Acesso em 06 de agosto de 2021.

EBUS, Bram. Explorando o Arco Minero del Orinoco: A destruição de 110 mil quilômetros quadrados de florestas no maior projeto de mineração da Venezuela. Infoamazonia | Correo el Caroní, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://arcominero.infoamazonia.org/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

EL Pueblo y Los Bosques Venezolanos Sufren a Medida que Avanza la Minería de Oro. Global Forest Watch, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/blog/es/people/arco-minero-venezuela-mineria-de-oro/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Elden, S. (2010). Land, terrain, territory. *Progress in Human Geography*, 34(6), 799–817.

Expansão do Arco de Mineração venezuelano devasta culturas e povos indígenas: Mongabay Series: Infraestrutura na Amazônia. Mongabay - Notícias Ambientais para Informar e Transformar, 6 mar. 2022. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/03/expansao-do-arco-mineracao-venezuelano-devasta-culturas-povos-indigenas/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA Y GOBIERNO DE BARBADOS. Acuerdo entre el Gobierno de la República de Venezuela y el Gobierno de Barbados para la promoción y protección de inversiones. Caracas, 8 dez. 1994. Disponível em: http://www.sice.oas.org/bits/venbar_s.asp. Acesso em: 4 abr. 2022.

GOLD RESERVE INC. Annual Information Form For The Year Ended December 31, 2016. Gold Reserve Inc.: Annual Information Form, v. Exhibit 99.1, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1072725/000107272517000012/gdrzfform40fexh>

ibit991042817.htm. Acceso em: 13 jun. 2022.

GOLD RESERVE INC. Update 17-8. Gold Reserve Provides Venezuela Update. Spokane, Washington, 11 jul. 2017. Disponible em: <https://www.goldreserveinc.com/gold-reserve-provides-venezuela-update-17-8/>. Acceso em: 13 jun. 2022.

Informe sobre la situación de derechos humanos en el arco minero y el territorio venezolano ubicado al sur del río Orinoco. Trayectorias Humanas Transcontinentales, (7). Centro para la Reflexión y Acción Social (CERLAS) (2020). Disponible em: <https://www.unilim.fr/trahs/2210>. Acceso em 04/abr. 2022.

Ministerio del Poder Popular de Desarrollo Minero Ecologico (MPPDME). Inversiones en el *Arco Minero del Orinoco* (2019). Disponible em: <http://www.desarrollominero.gob.ve/inversiones-en-el-amo-2/>. Acceso em: 10 mar. 2021.

Kingsbury, D. V. (2012). "State and Power after Neoliberalism in Bolivarian Venezuela". UC Santa Cruz.

Lander, Edgardo. Comentarios sobre el Acuerdo con la Gold Reserve. Aporrea, [S. l.], p. 1, 16 ago. 2016. Disponible em: <https://www.aporrea.org/contraloria/a232524.html>. Acceso em: 10 jun. 2022.

Las luchas contra el mega-proyecto del Arco Minero del Orinoco, Venezuela. EJ Atlas. Disponible em: <<https://ejatlas.org/conflict/las-luchas-contra-el-mega-proyecto-del-arco-minero-del-orinoco>>. Acceso em 04 de abril de 2021.

LEFEBVRE, Henri. 2013. "Prefácio: a produção do espaço". Estudos Avançados, vol.27, no.79, São Paulo.

Maduro Seeks Sell Off of Venezuela's Natural Resources to Escape Debt—Analysis. Pulitzer Center, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://pulitzercenter.org/fr/node/16293>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MONSALE, D. e LÓPEZ, A. ¿QUE ha ocurrido con el Arco Minero del Orinoco? Empresas en el A.M.O. In: Desarmando al Arco Minero del Orinoco. Caracas: Plataforma Contra el AMO y CER Latinoamericana, 2018. p. 1-7. Disponível em: https://provea.org/wp-content/uploads/2018/03/boletin_amo_def.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

Neep, Daniel. (2016). State-Space beyond territory: Wormholes, Gravitational fields, and entanglement. *Journal of Historical Sociology*. DOI:10.1111/johs.12126.

O Governo populista da Venezuela e a desordem: A crise que assombra o País mistura caos social, econômico e político. *Jornal USP*, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-governo-populista-da-venezuela-e-a-desordem/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Organizaciones Indígenas de Amazonas agrupadas en la “COIAM” se trasladan a Caracas para discutir con Instituciones Públicas la Nueva Política Minera del Gobierno. *Periódico El Libertario* (2013). Disponível em: <http://periodicoellibertario.blogspot.com/2013/06/organizaciones-indigenas-de-amazonas.html>>. Acesso em 12 de março de 2022.

Robinson, William I. (2008). “An Epochal Shift in World Capitalism”. *Latin America and Global Capitalism*. Johns Hopkins University Press.

ROMERO, Cesar. Empresas en el A.M.O. In: Desarmando al Arco Minero del Orinoco. Caracas: Plataforma Contra el AMO y CER Latinoamericana, 2018. p. 8-18. Disponível em: https://provea.org/wp-content/uploads/2018/03/boletin_amo_def.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

SASSEN, Saskia. 2008. "Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights", *Ethics & Global Politics*, 1:1-2, 61-79.

Thirst for coltan, gold threatens Venezuelan forests, indigenous lands. *Mongabay News*, 31 out. 2016. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2016/10/thirst-for-coltan-gold-threatens-venezuelan-forests-indigenous-lands/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. Mónica Martiz. *La Sangrienta Fiebre del Oro: Pranes, Guerrilla y Militares*, 1 jul. 2018. Disponível em: <https://transparenciave.org/project/epe-ii-estudio-sector-mineria/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Veja cinco mapas que mostram como a mineração impacta o meio ambiente. *Eccaplan*, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://eccaplan.com.br/blog/2018/01/24/veja-cinco-mapas-que-mostram-como-a-mineracao-impacta-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 jun. 2022.